

**18. PROPOSTA DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS JUNTAS DE FREGUESIA INTERESSADAS PARA O FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR E AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO BEM COMO PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:**

Da **Srª Vereadora do Pelouro da Educação**, submetendo à consideração do Executivo municipal proposta relativa aos contratos interadministrativos, que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricada por todos os membros presentes.

**PROPOSTA**

À reunião do  
Executivo Municipal  
F. M. M. M.  
14 Junho 2017

O Município de Braga tem uma política assente na construção de uma escola inclusiva.

Neste contexto, a Ação Social Escolar constitui uma ferramenta essencial na construção de políticas que favoreçam a igualdade educativa.

Desse modo, o Município de Braga entende que o apoio à família e às atividades de animação dirigidas às crianças do pré-escolar, assim como as refeições escolares para o pré-escolar e o 1.º ciclo, são desenvolvidas de forma mais eficiente por aqueles que se encontram mais próximos.

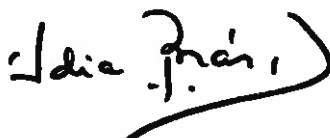
A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 120.º, dispõe que a delegação de competências se concretiza através da celebração de Contratos Interadministrativos, sob pena de nulidade.

Considerando os interesses das populações e as normas legais, torna-se fundamental celebrar Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município e as Juntas de Freguesia interessadas para o fornecimento das refeições escolares às crianças do pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Igual sucede para as atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar.

Nestes termos propõe-se a submissão das minutas dos Contratos Interadministrativos, em anexo, à reunião do Executivo Municipal.

Braga, 14 de junho de 2017

A Vereadora do Pelouro da Educação,

  
D.ª Lídia Brás Dias

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE** \_\_\_\_\_, titular do Cartão de Cidadão nº \_\_\_\_\_, emitido \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na \_\_\_\_\_, da referida freguesia, pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**. -----

Considerando que: -----

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
2. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----
3. A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do DL nº 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovado pelo Despacho nº 18987/2009, publicado na 2.ª série, do Diário da República nº 158, de 17 de agosto; -----

4. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -----

5. A prática seguida pelo **MUNICÍPIO** tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas na freguesia, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos; -----

6. Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, espeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal; -----

7. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de \_\_\_\_\_, o presente contrato de delegação de competência -----

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_, em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de \_\_\_\_\_; -----

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício da competência a que se refere a alínea e), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na **FREGUESIA** de \_\_\_\_\_, concretamente, o fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas \_\_\_\_\_ e o estabelecimento dos termos e condições em que se irá processar o referido fornecimento.-----

## **Cláusula 2.ª**

### **Obrigações da Junta de Freguesia**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2017/2018, refeições a \_\_\_\_ alunos, confeccionadas/fornecidas na \_\_\_\_\_, cuja seleção é da sua responsabilidade;
- b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h30 e as 14h00;
- c) Informar mensalmente a Câmara Municipal de Braga sobre o número total de refeições servidas, bem como a identificação do aluno e do escalão respetivo.

2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável designadamente no que se refere aos princípios e normas gerais da legislação alimentar, às regras de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios e às normas relativas à implementação do HACCP, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro.

3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013.

4. O fornecimento está sujeito a operações de verificação quantitativa, qualitativa e de distribuição.

5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Junta de Freguesia e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar.

6. É da responsabilidade da Junta de Freguesia a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar.

7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Recursos financeiros**

1. O Município de Braga compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas aos alunos protocolados, no valor unitário de refeição de €2,50 (dois euros e cinquenta cêntimos) para alunos abrangidos pelo escalão A, €1,77 (um euros e setenta cêntimos) para os alunos do escalão B e €1,04 (um euros e quatro cêntimos) para os restantes alunos.
2. Para execução do número anterior, a **FREGUESIA** terá que enviar ao **MUNICÍPIO** o mapa de refeições fornecidas e dos escalões de ação social escolar atribuídos, até ao dia 8 de cada mês.
3. Por seu turno, a **FREGUESIA** \_\_\_\_\_ compromete-se a cobrar €1,46 (um euro e quarenta e seis cêntimos) por cada refeição servida aos alunos que não se encontram abrangidos pela ação social escolar e €0,73€ aos alunos abrangidos pelo escalão B, conforme o n.º 3, do artigo 4º do Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto.
4. A falta de envio do documento referido no nº 2 da presente cláusula implica o não pagamento das refeições desse mês.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não se considerar necessário.

**Cláusula 6.ª**

**Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

**Cláusula 7.ª**

**Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com o ano letivo 2017/2018, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14ª e 15ª.

**Cláusula 8.ª**

**Execução e Avaliação do Contrato**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

**Cláusula 9.ª**

**Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

**Cláusula 10.ª**

**Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2. As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

*a)* Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

*b)* Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* e *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

*a)* Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Publicidade**

Ambos os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este contrato, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

**Cláusula 18.ª****Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada em orçamento.

**Cláusula 19.ª****Disposições legais aplicáveis**

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:

- a) o respetivo clausulado;
- b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2. Subsidiariamente observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo. ....

**Arquiva-se no maço de documentos:** a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**; c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso. ---  
.....

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:** .....

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ pelo Serviço de Finanças de Braga; b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.-----

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. ....

Braga,      de      de 2017

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta de Freguesia de**

---

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga (S. João do Souto), concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público n.º 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** \_\_\_\_\_ titular do Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, em representação da **FREGUESIA DE** \_\_\_\_\_, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede \_\_\_\_\_, da referida freguesia, pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA** -----

Considerando que: -----

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

2 – Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; -----

3 - A responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar, designadamente, no fornecimento de refeições escolares aos alunos do Pré-Escolar, é partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do DL n.º 55/2009, de 2 de março, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares às crianças do Pré-Escolar, aprovado pelo Despacho n.º 18987/2009, publicado na 2.ª série, do Diário da República n.º 158, de 17 de agosto e da Componente de Apoio à Família, conforme Dec. Lei n.º 147/97 de 11 de Junho; -----

4 – Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -----

5 - A prática seguida pelo **MUNICÍPIO** tem vindo a demonstrar que determinadas competências ficam melhor acauteladas se delegadas na freguesia, em virtude da proximidade da população, maior conhecimento das suas necessidades, com garantia de maior racionalização dos recursos;

6 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal; -----

7 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia \_\_\_\_\_, o presente contrato de delegação de competências. -----

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em **sessão de** \_\_\_\_\_, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de \_\_\_\_\_ e pela Assembleia de Freguesia de \_\_\_\_\_, em sessão de \_\_\_\_\_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesias aprovada em reunião de \_\_\_\_\_; -----

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício da competência a que se refere a alínea e), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na **Freguesia de** \_\_\_\_\_, concretamente, o fornecimento de refeições escolares e animação socioeducativa às crianças do **JARDIM DE INFÂNCIA DE** \_\_\_\_\_ e o estabelecimento dos termos e condições em que se irá processar o referido fornecimento e acompanhamento.

#### **Cláusula 2.ª**

### **Obrigações da União de Freguesias**

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **Junta de Freguesia** fica obrigada a:

- a) Fornecer diariamente e durante o ano letivo de 2017/2018, refeições a \_\_\_\_ alunos, confeccionadas/fornecidas na \_\_\_\_\_, cuja seleção é da sua responsabilidade;
  - b) Servir e acompanhar as refeições no horário compreendido entre as 12h00 e as 14h00;
  - c) Informar mensalmente a Câmara Municipal de Braga sobre o número total de refeições servidas, a identificação da criança e do respetivo escalão, bem como o número de crianças a frequentarem a animação sócio educativa;
2. A prestação deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais e demais legislação aplicável de modo a garantir as características técnicas gerais das refeições e da animação sócio educativa;
  3. Na composição da refeição deverão ser observadas as regras de uma alimentação saudável, equilibrada e variada, de acordo com a Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013;
  4. O fornecimento de refeições deve obedecer às normas constantes do Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativo à Higiene dos Géneros Alimentícios;
  5. O transporte das refeições será da responsabilidade da Junta de Freguesia e deverá ser efetuado a expensas da mesma, nas melhores condições de higiene e segurança e de acordo com a lei em vigor, garantindo a salubridade dos produtos a transportar;
  6. É da responsabilidade da Junta de Freguesia, a reparação dos danos e prejuízos eventualmente causados, em caso de intoxicação alimentar;
  7. O pessoal afeto ao refeitório é responsável pelo cumprimento das regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade e deve apresentar-se fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

1. Exercer controlo direto da gestão do fornecimento de refeições escolares e da componente sócio educativa;
2. Acompanhar localmente o funcionamento do serviço de fornecimento das refeições escolares e da componente sócio educativa;
3. Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Competências**

1. Ao Diretor pedagógico compete nomeadamente:  
Coordenar o Projeto Educativo do estabelecimento de Educação Pré-Escolar e com animação sócio educativa;
2. Coordenar a atividade educativa, garantindo designadamente, a execução das orientações curriculares, bem como as atividades de animação socio educativa.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Recursos financeiros**

- 1 – O Município de Braga compromete-se a efetuar o pagamento das refeições fornecidas e com animação sócio educativa às crianças protocoladas.
- 2 – Para tal, a **Junta de Freguesia** terá que enviar ao **MUNICÍPIO**, o mapa de refeições fornecidas, os escalões de ação social escolar atribuídos e o mapa das crianças com animação sócio educativa, até ao **dia 5** de cada mês;
- 3 – A falta de envio do documento referido no nº 2 da presente cláusula implica o não pagamento das refeições, bem como da animação sócio educativa, desse mês.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Recursos humanos**

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não se considerar necessário.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Recursos patrimoniais**

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Prazo do contrato**

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com o ano letivo 2017/2018, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 14º e 15º.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Execução e Avaliação do Contrato**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **JUNTA DE FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Ocorrências e emergências**

A **JUNTA DE FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **JUNTA DE FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.
2. As determinações do **MUNICÍPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **JUNTA DE FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Modificação do contrato**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 13.ª**

### **Suspensão do contrato**

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Revogação**

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 17.ª**

### **Entrada em vigor**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Publicidade**

Ambos os outorgantes deverão publicitar, devidamente, este contrato, nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Cabimento e compromisso**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada em orçamento.

### **Cláusula 20.ª**

#### **Disposições legais aplicáveis**

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo. ....

**Arquiva-se no maço de documentos:** **a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia; **b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **JUNTA DE FREGUESIA**; **c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso. ....

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:** .....

**a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em \_\_\_\_\_ pelo Serviço de Finanças de Braga; **b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em \_\_\_\_\_.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes. ....

Braga, de                      de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

O Presidente da Junta de Freguesia

---